

DIGNIDADE

Jornal de todos os aposentados do Plano V

Edição 43 - junho-julho - 2015 **Afubesp**

Pelo direito ao debate democrático

CNAB/Afubesp querem dar um basta à forma ditatorial da diretoria da Cabesp na condução das assembleias

NO CONSELHO FISCAL DO BANESPREV, LUCIA MATHIAS ESTÁ DO LADO DOS PARTICIPANTES **PÁG.2**

Representação que faz a diferença

Lucia Mathias, suplente do Conselho Fiscal, é exemplo de que eleito deve estar do lado do banespiano

Um dos pontos positivos da gestão do Banesprev é ter suplentes com direito à participação e voz nos colegiados. Com isso, esses representantes eleitos colaboram nos debates e quem sai ganhando é o participante.

Um bom exemplo de que suplentes podem fazer diferença é Lucia Mathias, uma personagem importante nas lutas do Banespa, que foi dirigente sindical em São Paulo, e hoje atua no Conselho Fiscal do Banesprev, defendendo as demandas de todos os segmentos.

“Eu e Claudanir Reggiane tentamos atuar sempre em conjunto buscando representar os participantes da melhor forma possível. Conto também com os conhecimentos de Walter Oliveira, que é do Conselho Deliberativo, Márcia Campos, que é do Comitê de Investimentos e da Vera Marchioni, do Comitê Gestor do Plano II. Sempre que tenho dúvidas recorro a eles, que

acompanham há muito tempo todos os debates sobre o Banesprev e possuem muito conhecimento acumulado”, explica Lucia.

Ela conta que desde que assumiu o cargo fez questão de manter os comitês gestores informados das discussões do Conselho Fiscal, bem como ser abastecida de informações por eles. “Acho fundamental ouvir os Comitês porque têm mais conhecimento das demandas dos planos e vejo o meu papel como um elo entre eles.”

Durante este período, iniciado em 2013, exercendo esta função, que vai além de conferir números, ela destaca – em relação ao Plano V especificamente – os contratos de dívida para a cobertura de déficit e também os resgates dos títulos federais como temas que pedem

acompanhamento contínuo, bem como o contrato de confissão de dívida do plano Pré-75, e alterações das premissas atuárias, que afetam diretamente o resultado dos planos.

Sobre esses assuntos, Lucia conta que junto com Reggiane, apresentou ressalvas e se colocou contra ações que prejudicariam os participantes, como o não cumprimento da determinação da Previc para a redução da taxa de desconto do passivo de 12% para 6%, no Plano Pré-75. “Também registramos nossa posição contrária ao provisionamento nas demonstrações contábeis dos planos do Banesprev para ações trabalhistas contra o Patrocinador, onde o Banesprev conta na parte passiva, que ao nosso ver é indevido, pois são ações de empregados ou ex-empregados contra o Patrocinador.”



Lucia Mathias desde 2013 defende os interesses dos participantes no Conselho Fiscal

DIGNIDADE

www.afubesp.com.br

Democracia e transparência é o que queremos e merecemos

Assembleia deve voltar a ser um espaço de debate, sem constrangimento e com eleições que realmente representem os associados



Para Herbert Moniz, sistema aplicado na assembleia da Cabesp é viciado

Ano após ano, fica mais nítido que a Cabesp trabalha para afastar os seus associados, impedir que exerçam o seu direito à voz e voto consciente nas assembleias de prestação de contas. Com anuência dos atuais representantes eleitos, o presidente faz o que quer: dificulta o acesso aos números da caixa – inclusive estudos que reajustam planos como Cabesp Família, PAP e PAFE – limita o tempo das pessoas falarem na assembleia, um espaço para debate das demandas dos banespianos sobre o plano de saúde, coage os associados ao exigir identificação nas cédulas de votação.

Esses são apenas alguns dos atos ditatoriais do presidente da Cabesp, que faz o que quer porque aqueles que foram eleitos para defenderem os direitos dos associados ao invés

disso dizem amém e abaixam a cabeça para tudo.

Um dos principais problemas desta postura antidemocrática é, sem dúvida, a abertura para a votação na assembleia antes dos debates. Com isso, os colegas, na ânsia de irem logo para casa acabam votando e saem sem ouvir questionamentos importantes.

Um bom exemplo de como esse sistema pode ser prejudicial ocorreu na assembleia deste ano, realizada no final do mês de março, com a aprovação do referendo para mudança no regulamento dos Planos PAP e PAFE, que mexeu no custeio. Agora, eles podem sofrer ajustes mais de uma vez por ano.

“Essa é uma fórmula viciada de assembleia, que só serve aos interesses do Santander. Isso afasta os associados, não esclarece nada e evidencia cada vez mais a subserviência dos

eleitos que apenas concordam com os desmandos do presidente da Cabesp”, argumenta o coordenador da Comissão Nacional dos Aposentados do Banesp, Herbert Moniz. “Queremos mudanças para a próxima assembleia: nada de identificar as pessoas na cédula de votação (quebra de sigilo), nada de abrir votação antes dos debates e que seja concedido o espaço correto para todos colocarem suas questões na assembleia”.

Ele lembra que um primeiro passo para reverter essa situação é escolher melhor quem o representará na Diretoria da Cabesp. “Não nos serve para nada pessoas que ficam ligadas apenas em planilhas, que não escutam o que os associados têm a dizer, não recebem suas demandas, não olham pelos interesses dos banespianos. Este ano teremos eleições novamente, lembre-se bem de todas essas situações antes de votar”, frisa Moniz.

Resistir **contra** as **mordaças**

Banespiano aposentado Frederico Brandão possui trajetória rica em militância

Na retrospectiva das lutas políticas e sindicais, não falta história para Frederico Brandão contar. Desde sua vida enquanto estudante de Direito e sua entrada no Banespa há exatos 50 anos, até sua atuação no mundo sindical e político. Hoje aposentado do Plano V, foi o primeiro parlamentar banespiano na Câmara Federal.

Foi admitido no banco em 1965, mais exatamente em 5 de julho. “Estava namorando em São Paulo e passei no concurso do Banespa. Fui trabalhar na Torre [como é chamado o prédio da Rua João Brícola, no centro da capital] e logo me engajei nas lutas do sindicato”, recorda.

Brandão, que foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo em meio à ditadura militar (eleito em 1966), foi recentemente entrevistado para uma série de iniciativa da própria entidade com objetivo de resgatar memórias dos personagens e do sindicato, durante esse tenebroso período.

Neste depoimento ao projeto, pontos cruciais de sua trajetória foram reavivados. Aos 79 anos de idade, muitos deles dedicados à luta sindical no sudeste, o banespiano hoje vive em sua terra natal, em São Luiz (MA). E foi lá que ele iniciou sua militância política e fez parte do movimento estudantil, quando cursava Direito.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi eleito vice-presidente da UNE na gestão de Aldo Arantes. Emocionado, ele se lembra de um episódio marcante: o incêndio criminoso da recém-inaugurada sede da UNE, atentado de grupos de di-

Brandão foi um dos entrevistados do projeto Memória Sindical, promovido pelos Bancários de São Paulo



CAMILA DE OLIVEIRA

reita que apoiavam o golpe militar.

Nessa época terrível, somam-se as lembranças dos desaparecidos e os esforços para libertar presos do DOI-Codi, órgão de repressão do Exército. Frederico foi orador oficial na organização de 1º de maio de 1970, que terminou em pancadaria com o governador dos militares, Abreu Sodré, tendo de se refugiar de pedradas no interior da igreja. Como presidente do sindicato nesta época, seu maior desafio era mantê-lo aberto por conta da repressão. “Criamos novas estruturas, fizemos um controle contábil e financeiro moderno. Tínhamos 5 mil sócios e conseguimos reerguer a entidade”, disse.

Foi eleito secretário-geral da Federação dos Bancários de São Paulo em 1969. Indicou para a presidência do sindicato Salvador Tolezano. “Não quis acumular os dois cargos”, justificou. Um ano depois, Tolezano seria

assassinado em Sorocaba, num controverso episódio que divide opiniões entre ter sido um crime comum – os policiais que o assassinaram queriam assaltar uma empresa em Votorantim – ou ter sido repressão política da ditadura. “Até hoje não assimilei esse episódio”, pontuou Brandão.

Um ano depois, Brandão foi cassado pela ditadura – o único dentro da Federação – por ter liderado uma luta de readmissão de colegas do Banco do Brasil, demitidos pelo regime. Perdeu seus direitos de exercer a militância sindical, o que não o impediu de se eleger deputado federal em 1974 pelo antigo MDB, hoje PMDB, sigla onde se aglutinaram as principais lideranças opositoras. Essa eleição passou para a história com a maciça votação recebida pelo MDB, a oposição consentida, como a primeira grande manifestação eleitoral contra a ditadura civil militar.